



DL-01

Ses. Esp. 10/08/10

O Sr. PRESIDENTE (João Carlos Bacelar):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão Especial com a finalidade de discutir o tema Família Formadora de Valores Humanos e Sociais.

Para compor a Mesa, tenho a satisfação de convidar o Exmº Sr. Dr. Desembargador Justino Teles; o Exmº Revmº Dom João Carlos Petrini, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de São Salvador da Bahia; Drª Abigail Soares Marques, representando o Sr. Delegado Geral da Polícia Civil da Bahia; Dr. Fernando Araújo, representando o Sr. Secretário Municipal da Educação; Sr. Raimundo Leal, coordenador Nacional da Pastoral Familiar; Srª Vera Lúcia Moraes Leal, da Coordenação Nacional da Pastoral Familiar; e representando todas as pastorais, representando todas as paróquias e todos os movimentos da Igreja Católica, quero convidar a Srª Zofia Kuzy, coordenadora Estadual da Pastoral da Criança. (Palmas)

Uma saudação especial aos reverendíssimos padres e diáconos presentes, bem como a todos os movimentos da Igreja Católica.

A convocação desta sessão é motivada pela constatação de que numa sociedade, principalmente a soteropolitana, marcada por injustiça, violência, agressividade, corrupção, pela crise geral da falta de identidade, nos leva a pensar em maneiras e práticas de fortalecer a família.

Nós, do poder público, e a sociedade em geral, mais particularmente o poder público, não temos aprendido e reconhecido os bens sociais que a família gera. Não temos na Bahia e na cidade de Salvador políticas públicas de fortalecimento da família. Cria-se secretaria para tratar de todos os assuntos, mas não se tem nem horizontalmente nem do ponto de vista transversal, já que o assunto família perpassa os diversos setores da administração pública, não se tem nenhuma política pública nesse sentido.

E por isso nós convocamos esta sessão. Está aqui presente um especialista em família, uma das maiores autoridades religiosas do Brasil, mas também um dos mais respeitados cientistas acadêmicos brasileiros, que é o nosso Bispo Dom João Carlos Petrini.



Então, estamos aqui hoje para tratar deste tema para que possamos repercutir, o bom é que seria que já agora no período eleitoral pudéssemos repercutir isso, e espero que o tema família esteja presente principalmente na agenda dos candidatos a presidente da República e a governador do Estado da Bahia.

E temos certeza de que esta missão que D. João Calos Petrini lidera colherá os frutos que a sociedade baiana e soteropolitana precisam.

Quero registrar a presença do deputado Heraldo Rocha, Líder da Oposição nesta Casa (palmas) e tenho a satisfação de anunciar a palavra de D. João Carlos Petrini.



10223-IV

Ses. Esp. 10/08/10

Or. D. João Carlos Petrini

Família Formadora de Valores Humanos e Sociais.

O Sr. PRESIDENTE (João Carlos Bacelar):- Tenho a satisfação de anunciar a palavra de D. João Carlos Petrini.

O Sr. D. JOÃO CARLOS PETRINI:- Quero saudar a todos e, em primeiro lugar, o Sr. Deputado proponente desta sessão especial, João Carlos Bacelar, com quem já cultivo relacionamento de amizade há muito tempo; meu grande amigo desembargador do Tribunal de Justiça, Justino Teles; Sr^a Abigail Soares de Souza Marques, representante do delegado geral da Polícia Civil, Joselito Bispo; o Sr. Fernando Araújo, representante do secretário municipal da Cultura, Esporte e Lazer, Carlos Soares; o Sr. Coordenador Nacional da Pastoral Familiar, Raimundo Leal, a coordenadora da Pastoral Familiar, Vera Lúcia Moraes Leal; a coordenadora da Pastoral Estadual da Criança Orfã Cusi; o deputado Heraldo Rocha, que acabou de chegar e também os diversos movimentos familiares aqui representados, como os Cursilhos de Cristandade, os populares, Comunhão e Libertação, Encontros de Casais com Cristo, Equipes de Nossa Senhora, paróquias e sacerdotes.

Vejo aqui o meu caro amigo frei Ronaldo, o diácono César, como também outros diáconos que estão aqui na sala. A todos quero saudar com muito carinho. Olha ali o professor da Universidade Católica que foi meu aluno no mestrado Família na Sociedade Contemporânea.

Quero agradecer a presença de todos num momento em que na realidade é de trabalho e reflexão para pensar a realidade da família de tal maneira que tenhamos a possibilidade de, quem sabe, chegar até mesmo a políticas públicas que possam favorecer, fortalecer e consolidar as relações familiares, porque uma família na qual as relações familiares são positivas produz um grande bem, gera um grande bem não somente para os seus membros como também para toda a sociedade.

Não quero me antecipar e gostaria, então, de iniciar a nossa reflexão dizendo que, em outubro de 2007, uma sondagem de opinião realizada por um grande jornal de São Paulo



revelou que 98% dos entrevistados consideravam a família como a realidade mais importante da própria vida ou a realidade importante. Somando o mais importante com o importante, tem-se 98% de preferências.

Ao mesmo tempo, nós vemos como a família, recentemente, passa a ser escolhida pelo governo como parceira para implementar políticas sociais que não são ainda políticas familiares, mas são políticas de combate à pobreza e de prevenção no campo da saúde. Quero lembrar aqui o Programa Saúde da Família, no governo anterior, e o Bolsa Família, no atual.

Então, observando por esse lado, poderíamos dizer que nunca a família foi tão valorizada como nestes últimos tempos. Mas, assim como todas as coisas, esse tema tem um outro aspecto. Por um lado, a família parece que está sendo mais valorizada na cultura e na sociedade contemporânea, mas, por outro, vemos que passa a ser considerada família qualquer tipo de convivência debaixo do mesmo teto, desde que tenha algum tipo de afetividade que ligue aquelas pessoas.

Nesse sentido, podemos dizer que nunca a família foi considerada de maneira tão fluida, sendo diluída a sua identidade a ponto de poder desaparecer como grupo social e instituição com características próprias bem delineadas.

Ora a família é tudo, ora é nada. Todavia permanecem alguns dados essenciais, como uma rede de solidariedade e de cooperação fundamental, que veremos daqui a pouco.

Queria lembrar o que disse recentemente o próprio papa Bento: “A família encontra-se no meio de uma tempestade”. É verdade, sabemos disso pela experiência das nossas realidades familiares. E o papa João Paulo II, num grandíssimo documento intitulado “Carta às Famílias”, disse que o futuro da humanidade passa pela família. Repito: o futuro da humanidade passa pela família.

E o tema de hoje – Família Formadora de Valores Humanos e Cristãos – quer desdobrar um pouco essa afirmação de João Paulo II, sem perder de vista esta tempestade da qual nos fala o papa Bento XVI. Certamente, esse convite de João Paulo II, feito muitos anos atrás, tem muito a ver com este momento de confusão, no qual não há mais a compreensão do que é família. Se tudo é família, então nada é família.



Devemos retornar aos desígnios de Deus. Qual era a ideia Dele quando criou o ser humano? Ele o quis, desde a origem, homem e mulher. E assim o fez exatamente para que ninguém pudesse viver sozinho, solitariamente. Inevitavelmente, cada um necessita do outro para compor uma família e ali viver uma comunhão que imita a da Santíssima Trindade. Nesse sentido, a característica, talvez um pouco esquecida, da família é a de realizar-se em relacionamento, no qual cada um não quer a outra pessoa para si, mas em que cada um doa a sua vida para o bem da outra pessoa e do conjunto da família.

Inevitavelmente, vou misturando o olhar de pastor com o de sociólogo, que é a minha atividade ainda hoje, ou seja, de observador, de estudioso da família dentro do horizonte da Sociologia.

Quero lembrar que a esfera pública, desde os anos 50, era dominada por uma mentalidade que enxergava indivíduos, e tivemos políticas públicas para cuidar do trabalhador, do desempregado, da criança, da mulher, do negro, do idoso, do adolescente e assim por diante, como se essas pessoas existissem soltas, sem fazer parte duma rede de relacionamentos familiares. Evidentemente isso cria uma visão distorcida da realidade, e aquela era uma visão individualista, que só enxergava indivíduos. As relações familiares eram consideradas irrelevantes aos fins da organização social e para a defesa dos direitos da cidadania. Em muitos casos a família era considerada não somente irrelevante, mas também danosa, perniciosa, como o adversário político que deveria ser derrotado para que modos mais modernos de agir pudessem ser implantados.

Então, na realidade, compreendemos que a família é um espaço de convivência humana na qual cada membro recebe o seu verdadeiro rosto, a sua identidade. Naquela rede de relacionamentos cada um pertence. Portanto, é como a família, em primeiro lugar, constituir a raiz da pessoa. O homem diz: “Esta é minha mulher”. E a mulher diz: “Este é meu marido. Os adultos dizem: “Este é meu filho, esta é minha filha.” Quer dizer, esse “pertencimento” é um vínculo que constitui a estabilidade indispensável para que cada pessoa tenha um ponto de referência.



É muito triste um homem que depois dum dia de trabalho pode ir a qualquer lugar porque não tem um lugar para ir, ou fazer qualquer coisa porque não tem uma coisa ou responsabilidade definida para cumprir, como cuidar da própria família.

É uma liberdade tremenda essa, às vezes muito exaltada, de poder ir a qualquer lugar e fazer qualquer coisa, quer dizer, não ter vínculo, viver solto neste mundo. Mas na realidade é uma liberdade desumana, porque corresponde muito mais às exigências do coração humano estar enraizado, ter vínculos através dos quais pode realizar-se totalmente, plenamente na sua humanidade.

Os vínculos de pertença na história passada - não somente nela - muitas vezes emergiram na experiência das pessoas como motivo de opressão, abuso nas relações familiares. Por isso, afirmou-se progressivamente um ideal de liberdade entendida como autonomia.

Por que os vínculos familiares são tão valorizados e apreciados? Por que 98% da população consultada considerou a família como o bem maior na própria vida? Por uma questão muito simples: a família é o único lugar no qual as pessoas entram com a totalidade do seu ser. Em qualquer outro canto, ambiente ou contexto da sociedade, cada um entra por uma parcialidade.

Se alguém é professor de Estatística, como meu amigo, ele será valorizado na sala de aula da universidade onde leciona pela capacidade de ser professor de Estatística. O resto da vida dele não interessa nada a ninguém. Se alguém é motorista de ônibus, à empresa de ônibus só interessa que desempenhe bem a sua tarefa profissional, sem atropelar ninguém nem causar acidentes. O resto da vida dele, se é feliz porque se realiza muito bem no relacionamento com sua família e seus filhos, se está doente, com saúde ou preocupado, não interessa. Interessa apenas uma parte. Os relacionamentos são limitados, parciais e por tal razão sempre constrangedores para a pessoa, que nunca está ali por inteiro. O único lugar onde ela é compreendida e acolhida na totalidade do seu ser é a família. Essa é a razão pela qual a família é percebida mesmo que intuitivamente como um grande bem.

Qual é a característica de uma família? Quero falar não somente de uma família cristã neste momento, mas de uma família, qualquer família, como característica fundamental



de ser uma relação de plena reciprocidade entre os sexos e entre as gerações, uma relação de cooperação. Vou exemplificar isso: cooperação entre os sexos, entre o homem e a mulher, que vive não disputando poder, quem sabe, espaço de autoridade, mas capacidade de cooperar. E a cooperação entre as gerações, a geração adulta que coopera com os filhos, a geração nova; a geração adulta que coopera com a geração de idosos, exatamente, para cuidar reciprocamente um do outro, isso é que caracteriza a família. Podemos dizer que quanto mais essa cooperação entre sexo e as gerações for intensa e seriamente cultivada, teremos não somente uma boa família, tanto mais aquela sociedade será civilizada, poderá desenvolver-se na paz.

E o contrário, exatamente, essa turbulência, essa tempestade de que estávamos falando, por que enfraquece a família? Porque vai solapando, enfraquecendo essa capacidade de um dedicar-se ao outro, estar voltado para o outro, cooperar com o outro até mesmo com algum sacrifício quando se torna necessário.

Em certos projetos de lei, que ainda então tramitando no Congresso Nacional, se falam de realidade familiares, nem mesmo mais se falam de família, atribuindo como fundamento das relações de intimidade, das relações dessa realidade familiar, apenas o afeto. Evidentemente, isso não é possível, não é verdade, o afeto não é capaz de sustentar compromissos entre um homem e uma mulher, compromissos da paternidade e da maternidade que são destinados a gerar pela vida inteira. Aliás, quando um homem é pai, é pai não por um prazo determinado, nem mesmo pelo tempo de sua vida terrena. É pai neste mundo e no outro, porque mesmo depois de falecido, ele continuará a ser pai daquela pessoa que ele gerou. Então existe algo na realidade da família que não pode coincidir com a volubilidade dos afetos que hoje existem e amanhã não existem. Por isso tem na base da família o matrimônio, quer entendido como um contrato da sociedade quer entendido como sacramento. Quer dizer, como realização de um desígnio de Deus a respeito daquele amor.

Assim podemos compreender como a família constitui o maior recurso para a pessoa, o maior recurso para a sociedade. É claro, vamos entender agora um pouquinho melhor. Recurso quer dizer um grande bem. Se é verdade que o Pré-Sal é um recurso importante para o futuro do Brasil, podemos dizer que a família é um recurso ainda mais



importante do Pré-Sal. O bem ou o mal do Brasil e de todo esse povo numeroso de quase 200 milhões de pessoas vai depender muito mais do bem da família do que da quantidade de petróleo que conseguiremos extrair daqueles campos do Pré-Sal, com todo apreço e valorização daquelas jazidas.

Podemos compreender como nascer, amar, gerar, trabalhar, adoecer, envelhecer, morrer são processos que podem ser feitos de qualquer maneira. Pode-se nascer em qualquer canto, de qualquer jeito; pode-se viver uma situação de doença de maneira solitária, de qualquer forma; mas é evidente que é uma riqueza humana infinitamente maior nascer no seio de uma família que acolhe, eventualmente passar por um momento de doença fazendo parte, estando integrado na rede de solidariedade de uma família que cuida e que ama.

E assim, tudo aquilo é mais importante na vida de uma pessoa, nascer, morrer, trabalhar, é evidente que se pode trabalhar só para conta dos próprios gastos, apenas para poder satisfazer os próprios gostos e interesses, mas é muito mais significativo que um homem, uma mulher trabalhe pensando no bem das outras pessoas que deixam em casa e a quem servem através do seu trabalho e do dinheiro que ganha.

Começamos a perceber, de uma maneira mais concreta, em que sentido a família é um recurso para as pessoas, e veremos também em que sentido é um recurso para a sociedade que necessita daqueles valores que são transmitidos na família. Por exemplo, é na família que se aprende a conviver com a diferença, um é homem o outro é mulher; um é jovem, o outro é adulto, o outro é idoso; um tem um tipo de temperamento, o outro tem um temperamento completamente diferente, e na família se aprende a conviver com a diferença, a conviver prestando serviços gratuitamente um ao outro. Quem prepara o almoço não cobra pelo almoço que preparou; quem arruma um quintal ou cuida da limpeza da casa não vai cobrar por isso, e sempre se tem um olhar atento. Se aparece um membro da família com o rosto sombrio, abatido, alguém logo pergunta “o que aconteceu? por que está assim?”. Quero dizer que há uma atenção ao conjunto.

Ao mesmo tempo sabemos como ali se aprende a sacrificar um bem individual para o conjunto da família, para um bem maior, porque às vezes é necessário comprar remédios para uma pessoa que está doente ou priorizar o conserto do teto, porque tem



vazamento e, para isso, se deve renunciar a algo que queríamos comprar. Renunciamos a isso para o bem comum, para o bem da família.

A família é a formadora de valores humanos que são de fundamental importância não somente no espaço das relações familiares, mas na escola, no local de trabalho, no escritório, na empresa, numa repartição pública, na fila de um posto de saúde, aqueles valores aprendidos na família é que permitem uma convivência social mais digna, mais humana, naquela convivência.

É por isso que alguns grandes economistas disseram que a crise econômica que partiu dos Estados Unidos e invadiu o mundo inteiro – o Brasil menos, graças a Deus – tem como causa a falta de confiança. Os operadores econômicos e das finanças perderam a confiança nos outros operadores econômicos. E onde se aprende a confiar? Assistindo à televisão, navegando na internet ou até mesmo indo às salas de aula? Ou se aprende na família ou vai faltar na sociedade.

Tem certos valores que, ou são aprendidos no contexto das relações familiares ou não são aprendidos, não tem outro lugar que possa suprir essa carência. Vai faltar! E vai faltar a atenção à necessidade do outro, a disponibilidade ao sacrifício de um bem individual para um conjunto, para um bem comum vai faltar! Podemos dizer que o enfraquecimento da família, nas últimas décadas, está na origem daquela crise mencionada pelo deputado João Carlos Bacelar no início da sessão.

Temos um déficit enorme de valores humanos e sociais na nossa sociedade. Por isso o deputado falava da violência e da corrupção. É um déficit de valores que às vezes tem consequências gravíssimas na nossa sociedade. Evidente que a família é um lugar de socialização e de educação. Nela, não somente a vida é gerada e transmitida, mas também o seu significado e um conjunto de valores e critérios que orientam a conduta para que permitam perceber a existência como digna de ser vivida. Afinal de contas, é na convivência familiar que uma criança, olhando o pai que volta do trabalho, aprende o valor do trabalho, e, olhando o pai e a mãe recebendo amigos, aprende o valor da amizade, e, olhando o pai e a mãe que se amam, aprende o valor do amor, da dedicação e do sacrifício. Certas coisas ali são aprendidas não somente porque o pai e a mãe passam o sermão na criança, mas pelo



próprio desdobrar-se daqueles relacionamentos que são documentados como testemunhos de vida.

Assim, na família a criança tem a experiência de ser acolhida, amada gratuitamente e sem condições. Ela experimenta a possibilidade de pertencer ao pai e a mãe não como objeto, mas como uma pessoa, como alguém. Ela aprende a conviver – eu já disse – com a diferença como algo positivo, a colaborar em serviços recíprocos, a ser tolerante, a conviver com limites. Ela quer o céu, mas não alcança e tem que se contentar com um pouco menos. De todos os limites o maior é a morte. Ela aprende a conviver com os limites de duas maneiras: lutando contra eles quando podem ser vencidos, mas também aprendendo a aceitá-los quando não podem ser vencidos.

Declaro que isso se trata de uma sabedoria de vida que é fundamental para a pessoa, ao longo de toda a sua existência na família e fora dela. Ela constitui uma rede de solidariedade eficaz para oferecer os cuidados necessários aos seus membros, não somente às crianças, mas aos idosos, ou a uma pessoa que ocasionalmente passa por uma dificuldade, por um problema de não prover autonomamente as suas necessidades.

Estudiosos, desde os anos 80, começaram a descobrir que existe um nexos muito forte entre o bem estar da família e certos comportamentos da sociedade. Começaram a compreender que, se um governo quer resolver os problemas da evasão escolar, da repetência e da delinquência juvenil deve correr atrás não das crianças e dos adolescentes que repetem, que evadem e que são delinquentes, mas deve correr atrás das famílias e dos seus contextos. Ao dizer isso não estou querendo culpar a família e dizer que ela é culpada de tudo aquilo. Não! Sabe Deus quais circunstâncias levam a essa fragilidade e vulnerabilidade, mas, na maior parte das vezes, pode-se reconhecer o nexos entre a situação da família e a maneira como crianças e adolescentes vivem suas vidas em sociedade. Aliás, este foi um dos motivos pelos quais os estudos da família começaram a ser retomados nos Estados Unidos e na Europa, em primeiro lugar e, pouco a pouco também no Brasil, nós temos aqui na Universidade Católica do Salvador um programa de pós-graduação, mestrado e doutorado em família na sociedade contemporânea, da qual sou coordenador ainda nos dias de hoje.



Um outro ponto que quero dizer é a importância da família para o combate à pobreza. Não vamos entrar em muitos detalhes, mas eu coordenei um grupo de pesquisa durante dois anos sobre este tema de família e combate à pobreza, algumas coisas já foram publicadas, mas eu quero dizer brevemente é que às vezes nós ouvimos pessoas, especialmente economistas, que falam da pobreza como uma variável dependente dos investimentos produtivos. Vou exemplificar. Quando há muitos investimentos para criar indústrias em novos lugares de trabalho, então a pobreza vai baixando. Se não tem investimento produtivo, então aumenta o número de pobres.

É uma maneira muito apressada de avaliar. Não bastam os investimentos produtivos, porque vem investimento produtivo aqui na Região Metropolitana de Salvador, de grande porte, mas uma boa parte dos funcionários vêm do Sul maravilhoso. Está claro o que estou falando, não é? Então, não bastam os investimentos produtivos, é necessário que haja uma preparação para que as crianças, os adolescentes e os jovens efetivamente tenham condições de ocupar aquelas vagas de trabalho que são abertas através do investimento produtivo.

É por isso que o combate à pobreza deve ser ponto de convergência entre o setor econômico financeiro que pode fazer efetivamente os investimentos esses investimentos produtivos, o setor público, que pode providenciar escolas adequadas, profissionalizantes, mas é de fundamental importância a família. A presença da família pode estimular aquela criança, aquele adolescente a formular um projeto de vida de crescimento, de aprendizado, de capacitação de tal maneira que seja efetivamente apoiado para realizar passo a passo esse projeto de vida que passa pela escola, pelo curso de formação profissional de tal maneira que efetivamente possa haver o encontro entre o lugar de trabalho que é oferecido e uma capacidade adequada e conquistada.

Nós observamos o seguinte, porque duas famílias em condições semelhantes de pobreza, morando quem sabe na mesma favela, de um lado se vê um barraco muito arrumado, organizado, as crianças bem cuidadas, vacinadas, matriculadas na escola e, do outro lado, se encontra um barraco que é totalmente desarrumado, com crianças que fizeram uma vacinação mas esqueceram de fazer outras. Qual é a diferença, se as condições de



pobreza são idênticas? O que faz a diferença é a qualidade das relações familiares. É a família que se torna indispensável para o combate contra a pobreza, porque é capaz de estimular pelo menos as novas gerações para que possam crescer e preparar-se para entrar no mercado de trabalho, podendo então começar a mudar o patamar da própria vida.

De um lado nós entendemos projeto de vida como um ponto em que se coaduna essa capacidade de crescimento, esse ideal de desenvolver e preparar-se para a vida; e do outro lado, estratégia de sobrevivência.

A estratégia de sobrevivência significa estar na vida preocupando-se apenas em comer algo antes de dormir. É o contrário de um projeto de vida, que pensa nos próximos dez anos, o curso que está fazendo, em que escola irá estudar, etc, quero dizer, um projeto de vida incorpora todo o dinamismo, e a família é fundamental para alimentar, sustentar, estimular um projeto de vida.

Do outro lado, essa estratégia de sobrevivência não consegue pensar o dia de amanhã, bem como o horizonte de crescimento, mas apenas em sobreviver hoje. E no fundo entendemos que os adolescentes que entram no mundo das drogas para ganhar rapidamente dinheiro também estão numa estratégia de sobrevivência, porque aquele não é um projeto de vida, nós sabemos muito bem que é um projeto de morte.

Queria dizer, agora, como classe política que nos representa, na medida em que toma consciência do real significado da família como recurso para toda a sociedade, poderá efetivamente valorizar a família no sentido de considerá-la como titular de direitos próprios, não somente de direitos individuais.

Agora, nós sabemos e quase cansamos de ouvir a respeito dos direitos individuais. A cada dia, se acrescenta um, eu tenho direito de fazer isso, de fazer aquilo, de não apanhar, de não ter a palmadinha. Nada contra, acho que pode ser até interessante, mas existem direitos não só dos indivíduos, e devemos reconhecer os direitos da família, como uma família cidadã que é titular de direitos que lhe são próprios. A começar pela sobrevivência, porque, como ser humano, temos o primeiro direito que é a vida. Também a família tem como primeiro direito a sobrevivência, ser respeitada, valorizada, não ser agredida no contexto da convivência em sociedade.



A primeira medida de política social em favor da família consiste na criação de uma cultura da família que favoreça o bem da família e compreenda sua importância. Eu vou dar alguns exemplos: existe o modo de falar da família nos meios de comunicação, nas novelas, que podem favorecer ou não. Mas diversos municípios no Brasil, e aqui na Bahia o município de Simões Filho, escolheram um dia para ser o Dia da Família. Então, todas as crianças da 5ª até a 8ª série são convidadas a fazer uma redação a respeito da família. Essa depois é corrigida e as melhores ganham prêmios. Eventos, festas, momentos de reflexão, mesas redondas são realizados, e todo aquele dia é dedicado à família para que, desde as crianças do ciclo fundamental até os pais e professores tenham a possibilidade de refletir, dar-se conta mais positivamente do recurso que é a família naquele contexto, naquela sociedade.

Esse é um modo de fazer crescer uma cultura da família.

Queria dizer agora uma palavra a respeito das políticas familiares. Quando falamos, por exemplo, de Bolsa Família, acho ótimo, pelo amor de Deus, não vamos nos equivocar, mas ainda não se trata de uma política familiar. Para que se possa falar de política familiar nós devemos ter um tipo de política que fortalece as relações familiares. As vezes nós podemos incorrer em equívocos, e vou dar um exemplo: num país da Europa, há uns 30 anos, quiseram fazer uma política pública para favorecer as mães solteiras, pagando uma pensão para que tivessem mais facilidade de dar conta de suas responsabilidades, mas depois de um pouco de tempo eles se deram conta: nunca mais aquela mulher vai conseguir casar, porque se casar vai perder o benefício. Então trata-se de uma política social que tem lá seu significado, mas não é uma política familiar. É uma política contra a família, porque não favorece a busca e a realização de uma união familiar daquela mulher que é mãe solteira.

Então, é necessário pensar as políticas familiares de tal maneira que não somente levem um benefício, mas que fortaleçam o vínculo familiar, que fortaleçam as relações, porque o bem das pessoas se passa através das relações, não é através do cartão pelo qual chega um dinheirinho, chega um pouco mais.

Já estou concluindo. Antes, quero dizer que essas políticas familiares podem ser realizadas em caráter subsidiário. O que quer dizer isso? Quer dizer uma política pública,



uma política social pode favorecer a família, mas jamais tomar o seu lugar. Deve fortalecê-la, como que por trás, por baixo. Na igreja existe um conceito que é muito difundido na Europa, inclusive incorporado na Constituição de diversos países, foi realizado há uns 10 anos um grande abaixo assinado com um debate intenso em toda a sociedade, foram recolhidos mais de dois milhões de assinaturas, exatamente para que o princípio da subsidiariedade fosse incorporado à Constituição. Quer dizer que o Estado, ao agir, deve agir subsidiariamente, deve deixar o órgão na sua responsabilidade, no caso estamos falando de família, mas vale também para outro tipo de associações e etc. Quer dizer, está fraquejando, então apoia, mas não se substitui, porque se trata de uma democracia mais intensa, mais participativa, mas verdadeira, mas substancial, quando cada pessoa, cada grupo, cada associação, cada família é fortalecida e pode agir autonomamente, sim, com o apoio de uma política pública que possa, digamos assim, facilitar, vencer certos obstáculos, enfrentar certas dificuldades.

Permitam-me dar um exemplo: numa grande cidade de um outro país, na Europa, há cerca de 30 anos, grupos de famílias que tinham crianças portadoras da Síndrome de *Down*, começaram a se encontrar. Inicialmente, se encontravam no parque, onde levavam as crianças para passear e brincar um pouco. Depois começaram a trocar experiências, a inventar, porque havia algum pai, alguma mãe que era psicólogo, pedagogo, etc, faziam exercícios educativos e perceberam que eles tinha criatividade, porque estavam 24 horas por dia com aquelas crianças portadoras da Síndrome de *Down*, então, se tornaram capazes de criar procedimentos educativos bem mais eficazes do que nas instituições públicas.

O grupo cresceu, cresceu. Inicialmente, reuniam-se na casa de um, na casa de outro, na garagem do prédio de alguém. Finalmente pediram apoio à administração pública. Essa é a subsidiariedade. E a administração pública forneceu espaço físico, um telefone, um computador, uma secretaria, e ali aquela realidade, que já existia com tanta criatividade e eficácia, mas encontrava tanta dificuldade para continuar a expandir-se, a crescer e a atender as necessidades dos meninos, teve a possibilidade de viver com mais tranquilidade. Essa é uma política de caráter subsidiário, necessariamente, no caso da família.

Costuma-se, só por uma sutileza, fazer uma distinção entre política pública e política social. A primeira é feita por algum órgão do governo federal, estadual ou municipal.



Já a segunda pode ser integrada tanto por um órgão público quanto por uma ONG ou por uma empresa privada que se interesse em enfrentar uma situação especial. Entretanto, recentemente, se prefere falar de políticas familiares sem confundi-las, por exemplo, com políticas de combate à pobreza e de erradicação do trabalho infantil, que são ótimas, mas não são políticas familiares.

Política familiar é aquela que fortalece a família. Querem um exemplo? Vejamos a periferia de Salvador. Existem milhares de casais que tiveram filhos, mas não casaram. E agiram assim não porque teorizaram que não deveriam casar – isso acontece entre estudantes da UFBA, da Católica, etc. Não, eles querem casar, mas não tiveram essa possibilidade. Ocupam um espaço limitado, quem sabe um cômodo na casa do pai dela ou dele, e não vivem sequer sempre unidos, pois um dia estão na casa do pai dele outro na casa do pai dela.

É uma família pela metade, muito prejudicada. E quem é fortemente prejudicado é o filho, que não vê um lugar de estabilidade, pois é uma família permanentemente hóspede na casa do sogro ou da sogra, sem ter sequer a liberdade de abrir uma geladeira. Sabemos como funcionam essas coisas.

Imaginem uma política pública que favoreça a construção de uma casinha, digamos assim, sem cobrar juros e com as facilidades que um órgão público é capaz de oferecer. Esta, sim, é uma política familiar. Acho que está claro, não é?

Agora quero fazer algumas considerações finais. Vão me aguentar? Estão me aguentando bem. (Risos)

Falei da família, mas na realidade vivemos num contexto de pluralidade de formas familiares que reivindicam reconhecimento e legitimidade social. Então há uma última palavra que eu gostaria de falar a esse respeito.

Qual a diferença entre uma família fundada no matrimônio e outra que não quer o matrimônio porque não sabe se continuará junta daqui a 1 ou 2 anos. Ou seja, tem uma fragilidade de origem. Dizem: “Não quero casar porque não sei se dará certo, e depois não quero ficar amarrado e tal”, não é verdade? Existe a possibilidade de constituir o núcleo familiar que não tem nem mesmo na intenção a estabilidade. Está claro isso, não é? E depois



existem outras uniões de pessoas do mesmo sexo, e sobre isso quero dizer uma palavra a respeito de cada coisa.

Por quê? Qual é a característica duma família fundada no matrimônio? Ela assume de maneira explícita e pública a responsabilidade de marido e mulher e a responsabilidade dos pais com eventuais filhos. Por isso, a família assim constituída é o maior recurso humano e social que a sociedade dispõe. É de interesse dos poderes públicos não desperdiçar esse recurso. Então vale a pena tentar distinguir qual é, entre tantas formas de vida familiar, o tipo de família que favorece mais a solidariedade e a educação das novas gerações para a cidadania solidária. Então qual é a forma de família que favorece mais uma educação capaz de respeitar a diferença? Evidentemente é aquela família na qual pai e mãe assumiram o compromisso de permanecer juntos o tempo inteiro, se possível. Pode não dar certo, mas pelo menos com vontade, decisão e intenção querem constituir uma família que poderá, sim, ter a possibilidade de acompanhar o crescimento dos filhos sem grandes traumas e rupturas.

Outra que já têm na sua própria origem a possibilidade de se desfazer... Aliás, é interessante analisar que hoje se desfaz o vínculo familiar mais rápido do que um contrato com uma sociedade telefônica. Esta vai tentar enrolar e complicar. Agora, para desfazer uma união familiar é rapidíssimo. A coisa é superacelerada. Isso, evidentemente, é uma falta de seriedade com a família. É não levar a sério esse recurso. É quase desperdiçá-lo.

Vejam que eu não estou apelando - e dou perfeitamente conta, e acho justo até, muito interessante também do nosso ponto de vista de igreja... - para motivações religiosas. Um Estado laico é um Estado laico. Respeitamos, e seja bem-vindo o Estado laico. Mas ele tem, sim, critérios para saber qual é o tipo de família que lhe convém mais, que dá menos despesas sociais com polícia, FEBENS da vida, FUNABENS e outras coisas, que converge mais para os interesses da sociedade e é capaz de construir solidariedade, respeito, civilidade e uma maneira de conviver na comunidade de forma pacífica. Creio que está claro o que estou falando. Então não se trata de apelar para razões religiosas num Estado laico, mas este não pode renunciar a utilizar os seus cálculos da despesa pública e daquilo que previsivelmente pode favorecer a paz na sociedade.



Então o Estado laico poderá usar um critério não religioso, mas avaliar quais formas de convivência resultam as mais úteis à sociedade. Essas devem ser reconhecidas, encorajadas, sustentadas com base na avaliação das consequências positivas ou não que produzem para a sociedade. Por isso, as medidas de governo para regulamentar as diversas maneiras de viver afeto não podem descaracterizar a família fundada no matrimônio.

Nós vivemos numa cultura pluralista, as pessoas têm direito de fazer o que querem. O governo pode até proteger as partes mais fracas em todas as circunstâncias. Não temos nada contra o fato de pessoas do mesmo sexo queiram se unir para compartilhar as suas vidas se isso corresponde aos próprios interesses, o que não podemos admitir é que isso seja chamado de família.

Numa realidade democrática, de pluralismo democrático, nós queremos respeitar, é um direito que lhe assiste, mas não lhe assiste o direito de apropriar-se de um nome, família, que é caracterizada desde Adão e Eva até outro dia por outros critérios. Acho que está claro o que estou falando, não é? Então, sem abrir exceção à democracia e ao pluralismo, é possível também respeitar a família, não descaracterizá-la. O legislador deve estar muito atento a isso.

Então só para completar, é quase um convite, para dizer que à medida que a sociedade organizada se mobiliza e encontra também uma correspondência por parte dos órgãos públicos e dos administradores e gestores da coisa pública, então poderemos pensar assim: por que não uma sociedade amiga da família? Podemos tentar imaginar, eu não quero nem dar dicas, mas deixar a cada um que viaje um pouco com a sua imaginação e a sua fantasia para pensar o que pode significar, por exemplo, uma política habitacional amiga da família ou uma política de emprego amiga da família, ou meios de comunicação, meu Deus, amigos da família, ou sistema educacional amigo da família, ou empresas amigas da família.

A respeito da empresa, quero dizer uma palavra: vocês sabem que um grande problema das famílias atuais, muito estudado na Europa e nos Estados Unidos, muito pouco ainda aqui no Brasil, é o conflito que se cria entre trabalho e família. Uma sociedade em que o homem trabalha, a mulher trabalha, especialmente quando se trata de trabalhos que exigem grande dedicação, executivos que devem viajar, que nunca estão na empresa por um breve período de 4 horas, de 6 horas, mas é o contrário, 10, 12, 14 horas. Às vezes quando têm



carreira dupla como se diz, o homem e a mulher que têm a mesma carreira de executivos de alta responsabilidade, é claro que a vida de família deles é prejudicada.

Sabe-se que já em 1985 um grande estudioso, sociólogo alemão, chamado Ulrich Becker, publicou um livro em que dizia: numa sociedade de mercado capitalista plenamente realizada, quer dizer, nos níveis mais elevados como na Alemanha, na Europa, não tem espaço para a família e não tem espaço para os filhos. O que é tremendo.

E é verdade que se criam conflitos. Um mora em Salvador mas trabalha em Camaçari; outro trabalha em outro canto, eles não conseguem mais sequer conviver, menos ainda dar conta da educação dos filhos que será confiada a uma menina de 14 anos que vem do interior e que, como dizem as Sagradas Escrituras quando falam dos habitantes de Nínive, não sabe distinguir a mão direita da esquerda, ou então delega para uma escola, quem sabe a mais cara da cidade, mas que jamais poderá suprir aquilo que cabe ao pai e à mãe como a educação dos filhos.

Em alguns lugares fora do Brasil existem, sim, possibilidades de, por exemplo, que a mãe leve a criança até o lugar de trabalho, porque lá embaixo, ali ao lado, tem uma estrutura, ainda que pequena, para acolher a criança, ela pode ali descer para amamentá-la, durante o horário do almoço ou em outro horário também, para que, pelo menos, possa atendê-la. Por que isto é uma política familiar? 'Porque favorece o vínculo, a relação entre mãe e filho. Está claro qual é a política familiar, é aquela que favorece o vínculo.

E então, nós mesmos, que vamos com um passo um pouco mais lento dentro dessa modernização, estamos caminhando também nessa direção e vamos sempre mais ter a necessidade de pensar o trabalho e a família de tal maneira que o ambiente de trabalho, o contexto de trabalho não venha a destruir ou a impossibilitar a existência de uma boa família, de um bom relacionamento entre marido e mulher, de uma boa educação que os pais possam dar a seus filhos.

Por isso pensamos em uma sociedade amiga da família, em meios de comunicação amigos da família, em uma empresa amiga da família.

Muito obrigado. (Palmas.)



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

O Sr. PRESIDENTE (João Carlos Bacelar):- Agradeço a Dom João Carlos Petrini pela esclarecedora e interessante intervenção.

(Não foi revisto pelo orador.)



10224-IV

Ses. Esp. 10/08/10

Or. Heraldo Rocha

Família Formadora de Valores Humanos e Sociais.

O Sr. PRESIDENTE (João Carlos Bacelar):- Concedo a palavra ao deputado Heraldo Rocha, Líder da Oposição.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Meu caro companheiro de Bancada, num momento tão turbulento da nossa vida nesses dias de hoje, próximo a um período eleitoral, a palestra de João Petrini foi um bálsamo, entrei, Dom Petrini, só para cumprimentar o João Bacelar e saí porque, do gabinete, toda hora me telefonam. Mas fiquei com a alegria de ouvi-lo, comentava com o companheiro aqui ao lado.

Neste instante, queria, João Bacelar, que é um grande companheiro, homem de grande experiência na área parlamentar e que tem contribuído muito aqui na Casa, tem sido um bravo companheiro; fomos colocado na Oposição e João tem participado conosco na fiscalização.

Hoje, vi o jornal *A Tarde* e tem lá um dado importantíssimo, parece que esta palestra foi feita, desembargador Justino, exatamente como saiu na matéria de hoje, 34% de jovens assassinados. Uma menina de 9 anos é assassinada na Baixa do Fiscal; outra de 16 anos é assassinada pelo namorado na Boca do Rio. Dados de hoje, levantados por nossa assessoria: ocorreram 1.206 homicídios dolosos em Salvador e Região Metropolitana, conforme estatística da Secretaria de Segurança Pública; 1.206 assassinatos em Salvador e Região Metropolitana, no período de janeiro a junho deste ano. Representando um crescimento de 20% em relação ao mesmo período de 2009.

Estamos perdendo a guerra para a violência já instalada. O equipamento público está sendo agredido. E aí vêm dados mais dolorosos. Em Salvador, o número representa um acréscimo de 14,3% e na Região Metropolitana 41,84%. Foram 150 pessoas que morreram assassinadas em junho, um pouco menos do que em maio que somou 169 assassinatos Mas na Região metropolitana saltou para 51 quando em maio foram 46, considerando o período



que Salvador registra 911 assassinatos e na região metropolitana 295. Sete pessoas estão morrendo por homicídio em Salvador por dia.

Dados do Unicef recentemente publicados afirmaram que 16 jovens morrem no Brasil por dia. Sou médico pediatra, já fui secretário de Estado duas vezes, do Trabalho e da Justiça. E hoje aprendi com o senhor, D. Petrini, que precisamos de uma política de família. Não adianta retirar o menino da rua como fiz no Programa Ação Criança- olha que aprendi isso aos 68 anos, depois de 5 mandatos como deputado.

Precisamos trabalhar a família, pois ela é a base de sustentação das políticas sociais. Não adianta colocar outdoors pela Bahia inteira comunicando que 80% dos homicídios é devido ao crack. O que precisa é fazer uma política pública que tenha a família como prioridade.

Portanto, João, quero inclusive pedir desculpas pois terei que ir ao gabinete, já que o celular é uma invenção boa, mas nos deixa às vezes tontos. Às vezes não o queremos mas quando ficamos sem ele é pior.

Quero dizer mais uma vez da alegria desta Casa, que é a nossa Casa, tão criticada, mas graças a parlamentares do perfil de João Carlos Bacelar podemos mesmo no período em que estamos, chamado recesso branco onde vivemos o momento mais crucial da campanha, a maioria de nós tem reduto no interior. Amanhã, mesmo viajaremos e passaremos 15 dias fora de Salvador. Mas esse momento foi um momento de reflexão.

Que Deus ilumine João Carlos Bacelar e a todos os companheiros que aqui estão, porque para mim como pai, como cidadão como parlamentar farei apenas uma sugestão se Dom Petrini autorizar, que o deputado João Carlos Bacelar que foi o requerente e presidente deste sessão encaminhe essa palestra de Dom Petrini para todos os deputados e candidatos a deputados estaduais e federais para os nossos governadores- irei conversar inclusive com o meu candidato, Dr. Paulo Souto, para que inclua na sua proposta de governo, se já não está, uma política de família para melhorarmos a situação.

Que Deus nos ilumine. (Palmas)

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. 10/08/10

O Sr. PRESIDENTE (João Carlos Bacelar):- Quero agradecer ao deputado Heraldo Rocha e registrar as presenças das assessorias dos deputados Heraldo Rocha, José Nunes, Yulo Oiticica, Marizete e do vereador de Salvador, Carlos Muniz.

Quero também dizer que após essa esclarecedora palestra de Dom Petrini, que fique claro para o conjunto de deputados o reconhecimento da família como recurso e a riqueza humana maior da sociedade. Reconhecendo isso assumimos o compromisso de diariamente aqui na Assembleia Legislativa nos empenharmos na criação de uma cultura da família. Transformar a partir do próximo ano, os deputados reeleitos assim como os novos deputados, transformar esta Casa num Poder Legislativo amigo da família.

Esse é um compromisso. (Palmas)

Também quero dizer, Dom Petrini, que tenho defendido e lutado, agora mais ainda, para que na elaboração das políticas públicas na Bahia o princípio da subsidiariedade esteja sempre presente. Este é o nosso compromisso.

Quero, em nome do Poder Legislativo baiano, mais uma vez agradecer a Dom Petrini, ao Exmº Sr. Desembargador e a todos os componentes da Mesa, das assessorias dos diversos deputados, a presença do deputado Heraldo Rocha e principalmente da base da Igreja Católica, essa base que faz da igreja Católica na Bahia um instrumento vivo para além do plano religioso, a melhoria das condições de vida da população baiana dentro dos princípios cristãos.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão. (Palmas)